

# Ministério Público do Estado de Mato Grosso Procuradoria-Geral de Justiça



## Concurso Público

Cargo:

## Promotor de Justiça

Prova Objetiva  $P_4$

Prova Discursiva  $P_8$

### TARDE

**CESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 16/1/2005

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **sessenta** itens, correspondentes à prova objetiva  $P_4$ , corretamente ordenados de **1 a 60**, e a prova discursiva  $P_8$ , acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 O espaço para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do campo reservado para isso.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA

- I **17/1/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br) — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **18 e 19/1/2005** — Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- III **15/2/2005** — Resultado final das provas objetivas e resultados provisórios das provas discursivas: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e locais mencionados no item I.
- IV **16 e 17/2/2005** — Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação dos resultados provisórios.
- V **4/3/2005** — Resultado final da prova discursiva: locais mencionados no item III.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 1/2004 — MP/MT, de 26/10/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 60 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA OBJETIVA P<sub>4</sub>

Acerca do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP/MT), julgue os itens seguintes.

- 1 Apesar de o MP/MT gozar de independência funcional, seria ilícito ato do Conselho Superior do Ministério Público que transformasse dois cargos vagos de promotor de justiça de terceira entrância em cargos de promotores de justiça de segunda entrância, com o objetivo de atender à demanda gerada pela instalação de novas varas judiciais em comarcas de segunda entrância.
- 2 Seria inconstitucional lei estadual do Mato Grosso que atribuísse ao Conselho Superior do Ministério Público competência para expedir instruções de caráter normativo com o objetivo de uniformizar a ação dos promotores de justiça.
- 3 O cargo de promotor de justiça é acessível apenas a brasileiros natos.
- 4 O princípio da indivisibilidade veda que um promotor de justiça atue simultaneamente em duas comarcas.
- 5 Os procuradores de justiça têm competência para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face da constituição estadual, desde que a ação seja referente a matéria relacionada à procuradoria a que estejam vinculados.
- 6 Compete ao colégio de procuradores da justiça eleger, entre os seus membros, o procurador geral de justiça.
- 7 Juntamente com o procurador geral de justiça, é eleito um sub-procurador geral de justiça para substituí-lo em seus afastamentos e impedimentos.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca de promotores e procuradores de justiça do MP/MT, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 8 Um promotor de justiça filiou-se a determinado partido político. Nessa situação, ele praticou ilícito administrativo punível com pena de censura.
- 9 Uma decisão do Conselho Superior do MP/MT determinou a remoção compulsória de um promotor de justiça, por motivo de relevante interesse público. Nessa situação, a referida decisão é nula porque fere a garantia funcional de inamovibilidade, que veda a remoção de promotores sem o seu expresso consentimento.
- 10 Carlos é promotor de justiça titular em uma comarca de primeira entrância. Nessa situação, Carlos deve residir na comarca em que atua.
- 11 Augusto é o mais antigo entre os promotores de terceira entrância do MP/MT. Nessa situação, ele tem direito a ser promovido, por antigüidade, para o cargo de procurador de justiça.
- 12 Lauro, promotor de justiça que entrou em exercício há seis meses, afirmou a uma colega que a legislação lhe garantia o direito de afastar-se de suas funções para prestar concurso público para a magistratura e que o período de afastamento seria considerado como de efetivo exercício. Nessa situação, a afirmação de Lauro é equivocada.

- 13 Um processo administrativo concluiu pela imposição de pena de demissão a um procurador de justiça do MP/MT. Nessa situação, o procurador-geral deverá expedir o ato de demissão no prazo de quinze dias, contados a partir do recebimento dos autos.
- 14 Há dez dias, Mário foi nomeado para o cargo de promotor de justiça do MP/MT e, por dificuldades de ordem pessoal, ele solicitou ao procurador-geral de justiça que o prazo para a sua posse fosse estendido de trinta para sessenta dias, contados a partir da data da publicação do ato de nomeação. Nessa situação, seria lícito ao procurador-geral de justiça deferir a solicitação de Mário.
- 15 Nelson é um promotor de justiça que oficia perante a justiça eleitoral de primeira instância. Nessa situação, Nelson faz jus ao recebimento de gratificação pela prestação de serviços à justiça eleitoral.
- 16 Olga é uma promotora de justiça sem vitaliciedade que está prestes a completar dois anos de exercício no cargo. Nessa situação, a decisão sobre o vitaliciamento de Olga deverá ser tomada pelo Conselho Superior do Ministério Público, em sessão secreta, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.

Recentemente, aposentou-se por invalidez Antenor, promotor de justiça da promotoria criminal de uma comarca de primeira entrância da justiça do Mato Grosso, com seis anos de efetivo exercício na carreira. Declarada a vacância do cargo que ele ocupava, foi publicado edital de remoção para esse cargo. Rodrigo, promotor de justiça vitalício que atuava na promotoria cível da mesma comarca, foi o único a solicitar remoção para o referido cargo.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 17 Se for concedida aos promotores de justiça do MP/MT uma gratificação pelo exercício de atividade jurídica, Antenor terá direito a receber o valor correspondente a essa gratificação.
- 18 Se Rodrigo ainda estivesse em período de estágio probatório, seu pedido deveria ser indeferido, pois aos promotores de justiça sem vitaliciedade somente é permitida a remoção por permuta.
- 19 Se o requerimento de Rodrigo for deferido, ele não terá direito a ajuda de custo, mas terá direito a 7 dias de período de trânsito.
- 20 Considere que Rodrigo tenha sido removido e que, em vez de publicar edital de remoção para o preenchimento do cargo que ele ocupava na promotoria cível, o MP/MT tenha provido este cargo mediante a nomeação um novo promotor de justiça. Nessa situação, a conduta do MP/MT seria irregular.

Acerca do Poder Judiciário do Mato Grosso e do MP/MT, julgue os itens seguintes.

- 21 É dispensável a edição de lei em sentido formal para a criação de distritos judiciais em comarcas, bem como para a criação de promotorias do MP/MT.
- 22 Juízes substitutos têm estabilidade, mas não têm vitaliciedade.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 23 Joana é uma mãe que não tem condições econômicas para se nutrir do mínimo necessário para assegurar aleitamento adequado a seu filho recém-nascido. Nessa situação, é dever do Estado brasileiro propiciar apoio alimentar a Joana.
- 24 Maria é uma mãe solteira que não tem condições econômicas para fornecer a seu filho padrões mínimos de alimentação e higiene. Nessa situação, é lícito que o Ministério Público (MP) ingresse com ação cível postulando a decretação da perda do poder familiar de Maria sobre seu filho.
- 25 Leandro, atualmente com 40 anos de idade, foi abandonado por seus pais logo após o nascimento e cresceu em um orfanato. Aos 20 anos de idade, ele descobriu que um delegado de polícia era provavelmente o seu pai, mas decidiu não tomar qualquer providência no sentido do reconhecimento da paternidade. O filho de Leandro, porém, que recentemente completou 16 anos, pretende ter reconhecido o parentesco com o seu avô. Nessa situação, é vedado ao MP ingressar com pedido de reconhecimento de parentesco em nome do filho de Leandro porque o direito de reconhecimento de filiação de Leandro encontra-se prescrito.

Julgue os itens que se seguem considerando que o MP/MT tomou das empresas que compõem a associação de prestadoras de serviço de transporte urbano de Cuiabá – MT compromisso de ajustamento de conduta no sentido de garantir aos idosos prioridade no embarque no sistema de transporte coletivo.

- 26 O referido compromisso somente teria eficácia de título executivo se fosse homologado por autoridade judiciária.
- 27 É lícito que faça parte do referido compromisso o estabelecimento de multa diária pelo descumprimento das obrigações ajustadas.

Um determinado hospital particular de Cuiabá – MT não proporciona condições para que, nos casos de internação de crianças e adolescentes, um dos pais ou responsáveis permaneça com o enfermo durante o período noturno. Frente a essa situação, um promotor de justiça ajuizou ação judicial contra o hospital, para obrigá-lo a tomar as providências cabíveis para garantir a um dos pais ou responsáveis a possibilidade de permanecer em tempo integral com as crianças ou adolescentes internados.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 28 É direito da criança ser acompanhada, em tempo integral, por um dos pais ou responsáveis, durante todo o período de internação.
- 29 Por se tratar de defesa judicial de interesse difuso, o MP/MT tem legitimidade para propor a referida ação judicial.
- 30 Na situação apresentada, o promotor de justiça poderia utilizar-se tanto de ação popular quanto de ação civil pública.

O supermercado Hipotético fez publicar propaganda enganosa em um jornal de grande circulação na cidade de Cuiabá – MT e a Associação de Defesa dos Direitos do Consumidor (ADDC) ingressou imediatamente com ação civil pública postulando a condenação do supermercado a suspender a referida campanha publicitária.

Acerca dessa situação hipotética e considerando que a ADDC é uma associação constituída há cinco anos e que tem como finalidade principal a defesa dos interesses do consumidor, julgue os itens a seguir.

- 31 A referida ação versa sobre interesses difusos e, portanto, a via processual escolhida é cabível.
- 32 A ADDC tem legitimidade para propor a referida ação civil pública.
- 33 O MP/MT deve atuar nesse processo na qualidade de *custos legis*, exceto se optar por integrar o pólo ativo na qualidade de litisconsorte.

O MP/MT, identificando a existência de cláusula abusiva no contrato de adesão utilizado por uma grande empresa do ramo da construção civil na venda de centenas de imóveis que ela construiu, ingressou com ação judicial postulando a declaração de nulidade dessa cláusula contratual.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 34 O MP/MT é parte ilegítima para propor a referida ação porque ela se refere a direitos individuais homogêneos e, no campo das relações de consumo, a competência do MP restringe-se à tutela dos direitos coletivos e difusos em sentido estrito.
- 35 Seria descabido que um dos cidadãos lesados ajuizasse ação popular com o objetivo de anular a referida cláusula abusiva.

Considerando que a Seguro seja uma entidade não-governamental de atendimento a adolescentes em regime de abrigo, julgue os itens que se seguem.

- 36 Para funcionar regularmente, a Seguro precisa de autorização do Ministério Público e do Conselho Tutelar competente.
- 37 A Seguro não pode criar uma unidade voltada a atender adolescentes em regime de internação porque essa atividade é exclusiva de entidades governamentais de atendimento.

Julgue os itens seguintes considerando que Fritz e Greta são cidadãos alemães que vivem na Alemanha e pretendem adotar uma criança brasileira.

- 38 Seria nula a decisão judicial que constituísse Fritz e Greta como tutores de um órfão brasileiro que vive em uma entidade de atendimento destinada a colocação familiar.
- 39 Se Fritz e Greta outorgarem procuração a uma associação civil sem fins lucrativos, para que ela adote um filho em nome do casal e o transporte para a Alemanha, essa procuração será inócua porque a legislação brasileira veda a adoção por procuração.

Considerando que Márcio, jovem de 20 anos de idade, vive em união estável com Laura, que tem uma filha de 6 anos de idade, fruto de uma relação anterior, julgue os itens seguintes.

- 40 Se Laura falecer, será vedado a Márcio adotar a referida criança, mesmo com autorização expressa do seu pai biológico.
- 41 Para viajar com a filha de Laura de Cuiabá para Brasília, Márcio precisa portar autorização escrita, assinada pelos dois pais da criança e com firmas reconhecidas em cartório.

Considerando que Gustavo pretende adotar sua sobrinha Mônica, de 12 anos e 6 meses de idade, cujos pais recentemente morreram em um acidente, julgue os itens a seguir.

- 42 O parentesco existente entre Gustavo e Mônica impede que ele possa adotá-la, mas não obsta que a ele seja concedida a tutela de Mônica.
- 43 Mônica somente passará a ser considerada adolescente quando completar 13 anos de idade.
- 44 A Mônica é permitido o trabalho na condição de aprendiz.

Quanto aos direitos da criança, do adolescente e do idoso, julgue os itens subseqüentes.

- 45 O acolhimento de criança sob a forma de tutela somente pode ser realizado mediante decisão judicial, mas a revogação de tutela previamente constituída, por motivo de descumprimento de deveres legais, pode ser determinada por membro do Ministério Público ou por decisão do Conselho Tutelar competente.
- 46 A legislação determina que cada município brasileiro institua um conselho municipal da criança e do adolescente.
- 47 Considere que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determine que crianças e adolescentes têm precedência no atendimento nos serviços públicos e o Estatuto do Idoso (EI), que é uma lei posterior, estabeleça que idosos têm direito a atendimento preferencial imediato junto a órgãos públicos. Nessa situação, os órgãos públicos devem atender com precedência os idosos, em detrimento das crianças e adolescentes, por ser o EI uma lei mais recente que o ECA.
- 48 Para ajuizar ação em defesa de idoso em situação de risco, o promotor de justiça precisa contar com a sua prévia e expressa anuência, pois a ação deve ser movida em nome do idoso.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 49 Décio é um cidadão brasileiro com 62 anos de idade. Nessa situação, embora Décio seja considerado idoso pela legislação, o Estatuto do Idoso não lhe garante o direito de utilizar gratuitamente os serviços públicos de transporte urbano.
- 50 Humberto, cidadão brasileiro de 70 anos de idade, celebrou com seu filho Guilherme acordo pelo qual Guilherme se comprometia a pagar-lhe prestação alimentícia de R\$ 200,00 por mês. Nessa situação, sendo celebrado perante promotor de justiça que o referendo, o acordo terá efeito de título executivo extrajudicial.

- 51 Um exame médico indicou que Inácio, que tem 80 anos de idade e está em pleno domínio de suas faculdades mentais, tem um câncer que provavelmente causará a sua morte em menos de um ano. Para o seu caso, o tratamento com maior chance de cura envolve uma cirurgia bastante arriscada e o uso de quimioterapia com vastos efeitos colaterais. Nessa situação, Inácio tem o direito de optar por se abster de submeter-se a esses tratamentos e utilizar apenas medicamentos que mitiguem a dor causada pela enfermidade.
- 52 Logo que Juliano completou 60 anos de idade, seu advogado solicitou ao Tribunal Superior do Trabalho prioridade na tramitação de recurso em que Juliano era parte. Nessa situação, Juliano tem direito a obter a prioridade solicitada.
- 53 Um juiz, a pedido do MP/MT, aplicou medida específica de proteção com relação a um idoso morador de rua, determinando o encaminhamento do idoso à sua família. Nessa situação, se estiver em pleno gozo dos seus direitos civis, o idoso em questão poderá optar por não voltar a sua família.
- 54 Alberto é motorista de uma *van* de 10 lugares utilizada na prestação de serviço de transporte coletivo em um município do Mato Grosso. Em certa ocasião, um idoso está sendo transportado gratuitamente no automóvel de Alberto. Nessa situação, Alberto pode negar-se a transportar gratuitamente um outro idoso que pretenda utilizar o serviço porque a legislação exige dos transportadores que reservem apenas 10% das vagas disponíveis a idosos.
- 55 Um médico particular comunicou ao Ministério Público que havia atendido um idoso com ferimentos diversos muito provavelmente causados por maus-tratos. Nessa situação, o médico agiu de forma equivocada, pois como os maus-tratos contra idoso configuram crime, ele deveria ter comunicado a ocorrência à autoridade policial competente.

Um promotor de justiça do MP/MT ingressou com ação civil pública contra determinado município, postulando a condenação do município a cumprir a obrigação de reservar, nos estacionamentos públicos, 1/20 das vagas para pessoas idosas.

Considerando a situação hipotética descrita acima, julgue os itens que se seguem.

- 56 Considere que vinte idosos residentes em determinado edifício desse município se julgam prejudicados pela omissão do Estado em promover a reserva das vagas. Nessa situação, os referidos idosos, em litisconsórcio, teriam legitimidade para ingressar com ação civil pública idêntica à descrita.
- 57 O MP/MT tem legitimidade para propor a referida ação porque se trata de defesa judicial de interesse coletivo da população idosa.
- 58 A Ordem dos Advogados do Brasil teria legitimidade ativa para propor ação análoga à proposta pelo MP/MT.
- 59 Seria cabível que o MP/MT utilizasse, para a finalidade acima descrita, um mandado de segurança coletivo, em vez de uma ação civil pública.
- 60 Se a ação houvesse sido movida contra um *shopping center*, com relação a vagas no estacionamento gratuito oferecido aos clientes, o pedido seria improcedente porque o direito dos idosos a vagas preferenciais abrange apenas estacionamentos públicos.

## PROVA DISCURSIVA P<sub>8</sub>

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando os espaços reservados para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de textos escritos em locais indevidos**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

**ATENÇÃO!** No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo.

### QUESTÃO 1

Antônio, de 11 anos de idade, estudava no Colégio Hipotético (CH), localizado em Cuiabá – MT, sendo que sua mãe não pagou as mensalidades durante os últimos seis meses. Encerrado o ano letivo, a mãe de Antônio, que estava desempregada, decidiu transferi-lo para a rede pública de ensino, mas obteve do CH a resposta de que a instituição somente forneceria os documentos necessários à transferência se os débitos fossem previamente quitados. A mãe, então, procurou o MP/MT. O promotor de justiça responsável fez ingerências infrutíferas perante o CH, com o objetivo de que fossem fornecidos à criança os referidos documentos. Porém, frente às reiteradas negativas por parte do CH, o promotor de justiça ingressou com mandado de segurança contra a diretora do colégio, postulando a imediata concessão da documentação necessária à transferência.

Considerando a situação hipotética apresentada acima, redija texto dissertativo, devidamente justificado, abordando necessariamente os seguintes aspectos:

- ▶ se o interesse tutelado pela referida ação é coletivo, difuso ou individual;
- ▶ se existe base constitucional e legal que confira ao MP/MT legitimidade para ingressar com a referida ação.

(valor: 5,0 pontos)

## QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

A Associação de Defesa da Terceira Idade (ADTI), uma associação civil sem fins lucrativos constituída há dois anos para defender os direitos dos idosos no estado de Mato Grosso, recentemente moveu ação judicial contra uma empresa que administra uma rede de cinemas de Cuiabá – MT, postulando sua condenação a conceder desconto de 50% a todos os cidadãos maiores de 60 anos, mediante comprovação documental de sua idade.

---

Acerca dessa situação hipotética, redija texto dissertativo, devidamente justificado, que aborde necessariamente os seguintes tópicos:

- ▶ existência de fundamento legal para o pedido deduzido pela ADTI na referida ação;
- ▶ possibilidade de a ADTI utilizar-se, para a finalidade de tutelar o interesse em questão, de ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo.

(valor: 5,0 pontos)

---

## QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	